
FUNDAÇÃO **AMA**

Fundação AMA Autismo

Relatório & Contas

Ano 2024

RELATÓRIO DE GESTÃO

Em cumprimento da Lei e do Contrato Social, o Conselho de Administração vem ora apresentar o **Relatório de Gestão e as Contas** da “FUNDAÇÃO AMA AUTISMO”, Contribuinte nº 510907415, com sede na Avenida S. João Bosco, nº 365, em Areosa, Viana do Castelo. O presente relatório de gestão expressa a situação financeira e os resultados da atividade exercida no exercício económico findo em 31 de dezembro de 2024.

I - Introdução

A FUNDAÇÃO AMA AUTISMO (doravante, apenas “Fundação”) desenvolve atividades de apoio social para pessoas neurodiversas ou com deficiência, designadamente pessoas com diagnóstico de Perturbação do Espectro do Autismo (PEA). Esta Instituição teve como instituidor a AMA - Associação dos Amigos do Autismo, dando seguimento ao trabalho desenvolvido por aquela associação. A Fundação integrou o património, as responsabilidades e os trabalhadores daquela organização.

A FUNDAÇÃO AMA AUTISMO foi reconhecida como IPSS de utilidade pública, nos termos do n.º 1 do art.º 79.º, do Estatuto das IPSS, por despacho de 27/12/2013, do Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares, tendo sido efetuado o registo oficioso, na Direção-geral da Segurança Social de Viana do Castelo em 06/02/2014.

II – 2024 - Enquadramento Económico

O ano de 2024, caracterizou-se pela incerteza e volatilidade económico-financeira, com uma política monetária cautelosa. De facto, em 2024, o BCE continuou a avançar no seu ciclo de política monetária, que consiste em três fases: a primeira foi uma fase de aumento de reestrutividade (julho de 2022 a setembro de 2023), em que as taxas de juro subiram 4500 pontos base; a segunda foi uma fase de espera, em que as taxas de juro permaneceram estáveis; a terceira fase, uma fase de inflexão, em que a política monetária se tornou gradualmente menos restritiva (início em junho de 2024).

No início do ano de 2024, o BCE encontrava-se ainda na fase de espera, com a taxa de juro aplicada em 4% e, nessa altura, a inflação tinha descido cerca de três quartos face ao seu valor máximo, situando-se

em 2,9%. As medidas de inflação interna elevadas e rígidas e as anteriores subidas de inflação ainda estavam a ser transmitidas aos salários de forma faseada.

A fim de assegurar uma política monetária sólida, desde março de 2023, o BCE passou a basear as suas decisões sobre as taxas de juro em três critérios principais: as perspetivas de inflação, a dinâmica da inflação subjacente e a força da transmissão da política monetária.

Ao longo de 2024, a orientação restritiva da política monetária garantiu que a inflação continuava a baixar no sentido do objetivo proposto. Após nove meses de taxas de juro estáveis, começou a ser reduzido o nível de restritividade da política monetária e, em junho, as taxas de juro baixaram em 25 pontos base.

Ainda em 2024, o Eurosistema deu continuidade à fase de preparação, com a duração de dois anos, do projeto de um euro digital e prosseguiu o seu trabalho de desenvolvimento de um código de regras do sistema de euro digital, que estabelecerá um conjunto de normas para a utilização e gestão do euro digital na zona do euro. À medida que o mundo se torna mais digital, o BCE está a tomar medidas decisivas para integrar as tecnologias de inteligência artificial no seu trabalho.

O PIB real da área do euro registou um crescimento de 0,9% em 2024, em comparação com 0,4% em 2023. As taxas de crescimento trimestrais passaram a ser positivas no início de 2024, após cinco trimestres consecutivos de estagnação.

A inflação global diminuiu para 2,4% em dezembro de 2024, face a 2,9% em dezembro de 2023, aproximando-se do objetivo.

O BCE reforçou a transparência quanto à pegada de carbono da zona euro, alargando as divulgações financeiras climáticas de forma a abranger mais de 99% dos ativos detidos para fins de política monetária.

O mercado de trabalho da área do euro manteve-se resiliente, enquanto o crescimento da produtividade do trabalho permaneceu inalterado. A taxa de desemprego na área do euro situou-se, em média, em 6,2% no último trimestre do ano de 2024. O emprego total e o total de horas trabalhadas permaneceram globalmente em consonância com o crescimento da economia, ambos subindo 1% em 2024.

A área do euro está a atravessar um período transformador caracterizado por choques económicos e profundas mudanças estruturais, com impacto no crescimento da produtividade a médio e longo prazo. Nos últimos anos, defrontou-se com uma combinação única de perturbações e alterações estruturais contínuas, que influenciam o crescimento da produtividade de formas complexas e incertas, destacando-

se como fatores cruciais para a produtividade, a médio e longo prazo: a pandemia do COVID-19, a rápida transição digital e as transições ecológica e demográfica.

O crescimento da economia portuguesa deverá situar-se em 1,7% em 2024, aumentar para 2,2% em 2025 e 2026, e reduzir-se para 1,7% em 2027. A inflação deverá reduzir-se de 5,3% em 2023 para 2,6% em 2024 e 2,1% em 2026-2027. Esta evolução reflete a moderação gradual dos custos salariais e a manutenção de pressões inflacionistas externas contidas. O diferencial de inflação à área do euro é aproximadamente nulo no horizonte de projeção.

As projeções orçamentais apontam para o retorno a uma situação deficitária, embora o rácio da dívida pública mantenha uma trajetória descendente. Estima-se que o excedente deste ano possa atingir 0,6% do PIB, acima dos 0,4% previstos no Orçamento de Estado de 2025. Na ausência de novas medidas de contenção da despesa ou de aumento de receita, o cumprimento das novas regras orçamentais europeias poderá estar comprometido.

As projeções trimestrais apontam para uma aceleração da atividade no final de 2024 e para um aumento temporário da inflação no quarto trimestre. O PIB deverá acelerar para um crescimento de 0,7% no final do ano, após um crescimento de 0,2% no segundo e terceiro trimestres de 2024. No terceiro trimestre, a procura interna acelerou, enquanto as exportações reduziram, refletindo um abrandamento dos bens e uma redução do turismo no verão.

Em 2024, o rendimento disponível real registou um aumento historicamente elevado, que representa uma aceleração do consumo privado e uma subida marcada da poupança, que reflete o impacto das taxas de juro elevadas, motivos de precaução e a reposição de valor real do património financeiro. As taxas de juro mais elevadas estarão a induzir as famílias a adiar o consumo, a reduzir empréstimos e a poupar mais.

As exportações deverão crescer 3,9% em 2024 e 3,2%, em média, em 2025-2027, num contexto de aceleração da procura externa, menor dinamismo do turismo e ganhos de quota progressivamente menores. As importações crescem no horizonte de projeção a um ritmo superior ao de 2023, em resultado do aumento do conteúdo importado da procura global, associado a um maior dinamismo das exportações de bens e da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF).

Sendo a Fundação AMA Autismo uma organização do terceiro setor, cujo objeto social se insere na área da deficiência, é importante dar nota de alguns indicadores publicados pelo Observatório da Deficiência e Direitos Humanos que integra a rede de laboratórios do Instituto Superior de Ciências Sociais e

políticas da Universidade de Lisboa, no Relatório denominado “Pessoas com deficiência em Portugal - Indicadores de Direitos Humanos 2024”.

No contexto da Educação destacam-se os seguintes indicadores:

- No ano letivo de 2022/2023 foram atribuídas medidas de apoio à aprendizagem e inclusão a 88.682 alunos (63% rapazes e 37% raparigas), representando 7,4% do total de alunos a frequentar o Ensino Público em Portugal continental;
- Sendo o abandono escolar precoce mais frequente entre alunos/as com deficiência, em 2022 a tendência manteve-se, sendo que o abandono escolar precoce em alunos/as com deficiência, em Portugal era de 21,4%, muita acima da mesma taxa em alunos/as sem deficiência, com 5,9%;
- No ano letivo 2022/2024, o número de estudantes com deficiência no Ensino Superior situou-se em 4.063, representando um aumento de 8,3% face ao ano anterior, sendo que o número de pessoas diplomadas com deficiência, embora mantendo-se muito abaixo do número de pessoas que frequentam o ensino superior, registou uma subida expressiva de +68,2% desde 2018/2019;
- Foram atribuídas 1.534 bolsas de estudo a estudantes com deficiência no ano letivo 2023/2024, um acréscimo de 18,5% em relação ao ano letivo anterior e um acréscimo de 88,2% face ao ano letivo de 2019/2020;
- Em 2023/2024, a maioria dos estabelecimentos de Ensino Superior (78,9%) dispunha de regulamentação específica para estudantes com necessidades educativas especiais relativamente a adaptações e recursos de apoios disponíveis, sendo mais frequente no ensino privado.

No âmbito do Emprego são relevantes os seguintes indicadores:

- Em 2022 verificou-se uma evolução positiva na taxa de emprego das pessoas com deficiência em Portugal (65%), refletindo-se num aumento de 6,3 p.p. face a 2020;
- Apesar de, pela primeira vez, se ter verificado igualdade na taxa de emprego de mulheres e homens com deficiência (65%), persiste ainda uma diferença significativa de 14,7 p.p. entre as taxas de emprego de pessoas com deficiência e das pessoas sem deficiência (79,7%);
- Em relação à taxa de desemprego, embora se tenham verificado melhorias face a 2021 (-2,4p.p.) em Portugal, o desemprego entre pessoas com deficiência (14,7%) continua a ser mais elevado do que entre pessoas sem deficiência (9,1%);

- Os dados do IEFEP sobre colocações não revelam um incremento significativo na contratação de pessoas com deficiência em Portugal, correspondendo, em 2024, à colocação de 7% (n = 1.097) de pessoas com deficiência inscritas como desempregadas ao longo do ano, sendo o total de inscritos n = 15.589.

Os indicadores relativos às condições de vida e proteção social revelam:

- Pela primeira vez é apresentada, neste relatório, uma análise detalhada da despesa com proteção social na deficiência, revelando que, em 2022, apenas 1.58% do PIB português foi gasto com a proteção social das pessoas com deficiência, comparado aos 1,87% do PIB da média dos países da UE.

- Entre 2015 e 2023, o risco de pobreza manteve-se consistentemente mais elevado nos agregados familiares de pessoas com deficiência, havendo um aumento do fosso entre os agregados de pessoas com e sem deficiência (9,8p.p. em 2015 para 10,7p.p. em 2023);

- A Prestação Social para a Inclusão criada em 2017 representou um esforço relevante no sistema de proteção social (atingiu 154.621 beneficiários em 2023, +623% desde a sua implementação), no entanto, o risco de pobreza ou exclusão social mantém-se consistentemente mais elevado nos agregados familiares de pessoas com deficiência;

- A situação de risco de pobreza ou exclusão social agrava-se em função da severidade da deficiência.

Os indicadores relativos à discriminação e acesso à justiça revelam:

- Foram registadas 349 queixas por discriminação com base na deficiência ou risco agravado de saúde e, apesar de ser um número inferior aos apresentados entre 2017 e 2021 (1.000 ocorrências), esta diminuição pode indicar uma quebra de confiança nos mecanismos existentes para tratar destes casos;

- As queixas apresentadas, em 2023, no IRN, IP, apenas 2 processos resultaram numa decisão condenatória, tendo sido 147 arquivadas;

- O Estado mantém-se como o principal alvo de reclamações por adoção de práticas ou medidas consideradas discriminatórias, seguido das matérias das acessibilidades (transportes e edificado) e da educação.

III – Fundação

1 – Atividade

A Fundação, nos termos dos estatutos e do seu objeto social, centra maioritariamente a sua atividade no apoio a crianças, jovens e adultos com PEA. Em grande parte, a atividade prestada aos seus clientes é suportada financeiramente por acordos prévios com a Segurança Social. Efetivamente a Fundação tem acordos celebrados com a Segurança Social que lhe permitem suportar parte das despesas de funcionamento mensais.

Os referidos acordos de cooperação caracterizam-se pela estabilidade. Esta estabilidade é importante para que a Fundação possa encarar o futuro de forma programada e organizada.

Outro ponto importante nos acordos celebrados com a Segurança Social é a regularidade temporal nos pagamentos. De facto, o Centro Distrital de Viana do Castelo tem sido escrupuloso no pagamento dos acordos não atrasando sequer um dia. Esta certeza de recebimento mensal é por demais importante quando se gere uma instituição com duas dezenas de colaboradores e mais de uma centena de utentes.

A Fundação desenvolve a sua atividade, concentrada em dois níveis de resposta: O Centro de Atividades para a Capacitação e Inclusão (CACI), o Apoio em Regime de Ambulatório (ARA). Desenvolve, igualmente, atividades desportivas e de lazer adaptadas à sua população alvo, assim como atividades de ocupação de tempos livres nas interrupções letivas e férias escolares.

O CACI tem em frequência o número máximo de utentes, previsto no Acordo de Cooperação (13), integrando o 14º extra acordo, tendo uma lista de espera de 14 utentes. Funciona nas instalações adaptadas sitas no lugar de Giestal, Darque, no perímetro da Escola EB2,3 Carteadado Mena.

O quadro de pessoal afeto ao CACI cumpre o estabelecido no protocolo celebrado com o Centro Distrital de Segurança Social em termos de afetação de recursos humanos a esta resposta social e possui regulamento interno nos termos definidos no acordo celebrado.

Manteve-se o trabalho de cooperação no âmbito dos Planos Individuais de Transição (PIT) com o Agrupamento de Escolas Monte da Ola.

A partir de setembro de 2020, iniciou-se o transporte de utentes do seu local de residência para o CACI e regresso, um projeto de mobilidade que privilegia os princípios da equidade e a necessidade de conciliação da vida familiar e profissional dos cuidadores. Atualmente, o transporte é feito duas vezes ao dia, à maioria dos utentes da resposta social. Saliente-se que o regulamento interno da resposta,

devidamente alinhado com as orientações da Segurança Social, dá a possibilidade de este ser um serviço participado pelos pais e cuidadores destes utentes, para além do valor da participação familiar.

O apoio médico na resposta social de CACI tanto na resposta aos utentes, como na relação mantida com os familiares, foi mantido. Este apoio, que consiste numa consulta mensal por um médico especialista em Psiquiatria a cada utente, revelou-se de extrema importância para a estabilidade físico psíquica destas pessoas. Este apoio é assumido, em termos económico-financeiros, integralmente pela Fundação.

No ano transato, já se tinha iniciado a integração dos utentes do CACI, com maior funcionalidade, em atividades direcionadas para empregabilidade, o que continuou a acontecer este ano, nomeadamente na Loja Social da instituição. Este espaço, protocolado com Câmara Municipal de Viana do Castelo, situa-se no Mercado Municipal, local onde estão expostos produtos, para venda, criados no atelier de oficina criativa e expressões plásticas da valência.

No que concerne à resposta em regime de ambulatório (ARA), o trabalho é desenvolvido por uma equipa multidisciplinar especializada, constituída por técnicos com formação superior e especializações em PEA, que respondem aos pedidos de avaliação e intervenção clínica e social, com ligação estreita aos organismos da educação e da saúde. A equipa é constituída por Técnicos de Psicologia, Terapia da Fala, Terapia Ocupacional, Psicomotricidade e Serviço Social. A valência conta também com uma médica especialista em Pediatria do Desenvolvimento em regime de Prestação de Serviços, serviço este que vem para além do obrigatório exigido em protocolo de cooperação. Este serviço assume relevância significativa nos momentos de avaliação e diagnóstico trazendo uma competência especializada muito importante.

Nas valências de ARA (intervenção com crianças, jovens e adultos com PEA e seus familiares, a partir dos 7 anos) os serviços podem ser prestados nos diferentes contextos nos quais a criança/jovem se insere (casa, escola, AMA). No entanto, existe uma concentração das terapias relativas a esta resposta nas instalações sitas na Avenida S. João Bosco, nº 365, em Viana do Castelo.

No ano de 2024, na resposta de ARA registaram-se 55 solicitações, referentes a pedidos de avaliação (25) e de intervenção terapêutica (14). À data de 31 de dezembro de 2024, a lista de espera compõe-se 85 pedidos para início de intervenção terapêutica.

Em 2024, desenvolveram-se ações com o Instituto de Segurança Social no que se refere ao apoio técnico precoce (apoio dos 0 aos 6 anos e 364 dias). A Fundação vem reiterando junto da Segurança Social, a importância da celebração deste acordo, que permitirá, conforme aconselha a literatura, a intervenção em idade precoce, o que alavanca os resultados terapêuticos.

Em 2024 e no que se refere à Terapia ocupacional, queremos dar nota da dificuldade sentida no recrutamento e retenção de técnicos com esta formação. De facto, observa-se uma enorme dificuldade no recrutamento de profissionais nas áreas de Terapia da Fala e Terapia Ocupacional. Apesar de várias insistências junto do mercado de trabalho denota-se uma diminuta oferta nestas áreas, o que, por outro lado, conduz a que os montantes a remunerar a estes profissionais, reflitam esta diferença entre a oferta e a procura.

Quanto às atividades lúdico-terapêuticas e conforme descrito no relatório de atividades, a AMA disponibiliza: Natação, Música, Atividade Desportiva, Colónia de Férias de Verão e Atividades de Ocupação de Tempos Livres. Em 2024, as atividades desenvolvidas nas interrupções letivas tiveram o apoio financeiro da Câmara Municipal de Viana do Castelo, à semelhança do que vem acontecendo em anos anteriores.

Anualmente, a Fundação elabora um plano de atividades e monitoriza o grau de execução dos objetivos e metas traçadas.

Os objetivos que integraram o plano de atividades para 2024, foram fundamentalmente focados na melhoria da qualidade das respostas e serviços já existentes na Fundação, na implementação de novos projetos, no reforço da aliança entre a Fundação e os vários organismos do Estado, privados e outros parceiros sociais. O desenvolvimento e grau de cumprimento dos objetivos constam do relatório de atividades.

Procedeu-se à elaboração de candidaturas no âmbito do Programa NORTE2030 – Parcerias para a Inovação Social:

- do projeto *Beyond Campus* que permitirá acompanhar jovens adultos com PEA e/ou multideficiência, dando continuidade ao trabalho desenvolvido com os beneficiários do Projeto Campus AMA (terminado em 2023). Este projeto visa o apoio a nível técnico na promoção de competências de autonomia, pessoais e sociais, de modo a capacitar os beneficiários para uma melhor e mais eficaz integração no âmbito social e laboral.
- do projeto *Havemos de Ir à Loja* que visa a promoção da inclusão socio profissional de jovens com PEA e ou deficiência, através da dinamização de um programa de empregabilidade, integrado na Loja Social da instituição a par serão realizadas outras ações que contribuirão para estimular o desenvolvimento cognitivo e criativo, através da pintura, artesanato, tapeçaria, entre outros.

Em 2023 foi efetuada uma candidatura ao prémio BPI Capacitar, da Fundação “la Caixa”, com a designação *AMA + perto*, a qual mereceu aprovação daquela entidade. Este prémio, atribuído à Fundação, pelo projeto de uma unidade móvel terapêutica, consistia na aquisição de um veículo automóvel e respetiva adaptação para gabinete de realização de terapias de Psicologia e/ou Terapia da Fala, contando também com um wc adaptado.

Com a deslocação desta unidade aos locais de residência dos utentes (começando por aqueles que habitam nos concelhos mais distantes da sede da Fundação, como são, Melgaço, Valença e Monção) a Fundação realiza a sua missão de realização de intervenções terapêuticas em proximidade, possibilitando aos utentes e famílias economia de tempo e dinheiro, promovendo bem-estar às famílias que no local onde residem e no contexto onde se encontram os utentes, tem acesso às terapias.

Por outro lado, a unidade móvel, possibilita a realização de intervenções terapêuticas em simultâneo, com um técnico a poder utilizar este recurso em paralelo com os espaços físicos cedidos ou protocolados, nomeadamente, com os Agrupamentos de Escolas, Juntas de Freguesia ou outros, o que é essencial para a gestão eficiente dos recursos técnicos da Fundação.

À data deste relatório, a unidade móvel está em atividade, tendo protocolos de colaboração com a Câmara Municipal de Valença e Agrupamento de Escolas Muralhas do Minho, Câmara Municipal de Melgaço e Agrupamento de Escolas de Melgaço e com a Câmara de Monção. Prevê-se o alargamento a outros concelhos, como Município de Paredes de Coura e Agrupamento de Paredes de Coura, num futuro próximo.

O trabalho desenvolvido nas diversas áreas de atuação, financeira e operacional, permite acreditar fielmente na capacidade da Fundação em cumprir o princípio da continuidade.

De 31 de dezembro de 2024, até à data de emissão deste relatório, não ocorreram outros factos relevantes que possam vir a afetar materialmente a posição financeira e os resultados futuros da instituição.

2 – Apoio à Instituição

No desenvolvimento das atividades adaptadas a Fundação conta com o apoio de entidades privadas, associações locais e com o apoio de alguns municípios. A Fundação integra igualmente a Comissão Local de Apoio Social:

- ☐ Comissão Interfreguesia de Areosa;
- ☐ Comissão Interfreguesia de Darque;

- ☐ Rede Social de Caminha;
- ☐ Rede Social de Paredes de Coura;
- ☐ Rede Social de Esposende;
- ☐ Rede Social de Barcelos;
- ☐ Rede Social de Monção;
- ☐ Rede Social de Arcos de Valdevez;
- ☐ Rede Social de Ponte da Barca;
- ☐ Rede Social de Ponte de Lima;
- ☐ Rede Social de Valença;
- ☐ Rede Social de Vila Nova de Cerveira.

A Fundação manteve os protocolos instituídos com a CIM Alto-Minho, as Câmaras Municipais de Viana do Castelo, Barcelos e Esposende e Município de Ponte de Lima, onde são dinamizadas terapias descentralizadas, de modo a facilitar o acesso a utentes e famílias com residência naqueles municípios ou em concelhos contíguos.

Para o desenvolvimento das atividades e potenciar o contacto com novas realidades e experiências, mantém, igualmente, acordos com:

- Centro Social e Paroquial de Vila Nova de Anha – cedência das instalações para a natação estruturada e hidroterapia;
- Amorosa Health Club – frequência do ginásio;
- Centro Social de Cultura e Recreio da Silva – cedência das instalações para realização de terapias;
- Município de Ponte de Lima - cedência das instalações para realização de terapias;
- Ordem dos Psicólogos Portugueses;
- Adega Cooperativa de Ponte da Barca;
- ETAP – Escola Profissional;
- Junta de Freguesia de Darque;
- Junta de Freguesia de Vila Nova de Anha;
- Associação de Moradores da Cidade Nova;
- Associação Desportiva Darquense;
- Instituto Politécnico de Viana do Castelo;
- Prof. Cristina Gonçalves;
- União de Freguesias de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela;
- União de Freguesias de Nogueira, Meixedo e Vilar de Murteda;

- Dança e Cia;
- Teatro Musical Contracena;
- Amigos dos Cavalos de Vila de Punhe;
- G9 Telecom, SA;
- Murtagh Unipessoal, Lda. - "Structural Research" (ShayMurtagh);
- SparkleIT - Information Technologies, LDA;
- Boca Alegre – Clínica Médica Dentária Pediátrica
- Blanky.

Durante o ano de 2024 foram celebrados novos acordos/parcerias com:

- Central Ópticas;

3 – Análise das Demonstrações financeiras

O orçamento projetado para o exercício de 2024, discriminado por valências, detalha-se conforme se segue:

Desvios ao Orçamento 2024

Rendimentos e Gastos	Valências									Total Desvios
	CACI			ARA			IP			
	Valor Real	Valor Estimado	Desvio	Valor Real	Valor Estimado	Desvio	Valor Real	Valor Estimado	Desvio	
Vendas e Serviços Prestados	140 291,79	34 222,74	106 069,05	324 237,48	90 728,26	233 509,22	4 945,27	13 702,53	(8 757,26)	330 821,01
Subsídios, doações e legados à exploração	11 978,74	110 938,03	(98 959,29)	88 899,72	358 943,50	(270 043,78)	3 254,26	61 413,24	(58 158,98)	(427 162,05)
Variação nos inventários de produção										
Trabalhos para a própria entidade										
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	(1 634,93)	(1 336,65)	(298,28)	(604,62)	(1 981,55)	1 376,93	(52,28)	(495,37)	443,09	1 521,74
Fornecimentos e serviços externos	(52 990,70)	(30 009,37)	(22 981,33)	(66 790,68)	(73 700,24)	6 909,56	(4 513,56)	(22 015,36)	17 501,80	1 430,03
Gastos com o pessoal	(150 894,09)	(166 240,76)	15 346,67	(241 060,46)	(141 995,95)	(99 064,51)	(1 226,61)	(30 631,69)	29 405,08	(54 312,76)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)										
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)		(711,67)	711,67		(114,52)	114,52		(155,42)	155,42	981,61
Provisões (aumentos/reduções)	(2 750,00)		(2 750,00)							(2 750,00)
Provisões específicas (aumentos/reduções)										
Outras imparidades (perdas/reversões)										
Aumentos/Reduções de justo valor										
Outros rendimentos e ganhos	3 390,12	600,00	2 790,12	42 201,49	3 857,14	38 344,35	797,12	642,86	154,26	41 288,73
Outros gastos e perdas	(1 149,89)	(210,61)	(939,28)	(14 382,15)	(1 191,34)	(13 190,81)	(118,49)	(138,85)	20,36	(14 109,73)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(53 758,96)	(52 748,30)	(1 010,66)	132 500,78	234 545,30	(102 044,52)	3 085,71	22 321,95	(19 236,24)	(122 291,43)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(804,97)	(36 231,07)	35 426,10	(5 226,56)	(5 830,29)	603,73	(642,12)	(7 912,53)	7 270,41	43 300,24
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(54 563,93)	(88 979,36)	34 415,43	127 274,22	228 715,01	(101 440,79)	2 443,59	14 409,42	(11 965,83)	(78 991,19)
Juros e rendimentos similares obtidos										
Juros e gastos similares suportados	(53,20)	(33 647,99)	33 594,79	(364,54)	(5 414,62)	5 050,08	(7,69)	(7 348,41)	7 340,72	45 985,59
Resultado antes de impostos	(54 617,13)	(122 627,35)	68 010,22	126 909,68	223 300,39	(96 390,71)	2 435,90	7 061,01	(4 625,11)	(33 005,60)
Imposto sobre o rendimento do período	(8,33)		(8,33)	(30,42)	(95,23)	64,81	(0,09)		(0,09)	56,39
Resultado Líquido do Período	(54 625,46)	(122 627,35)	68 001,89	126 879,26	223 205,17	(96 325,91)	2 435,81	7 061,01	(4 625,20)	(32 949,22)

Desvios ao Orçamento 2023

Rendimentos e Gastos	Valências												Total Desvios
	CACI			ARA			IP			Campus			
	Valor Real	Valor Estimado	Desvio	Valor Real	Valor Estimado	Desvio	Valor Real	Valor Estimado	Desvio	Valor Real	Valor Estimado	Desvio	
Vendas e Serviços Prestados	33 533,21	20 728,73	12 804,48	48 946,36	48 646,96	299,40	7 148,72	14 579,74	(7 431,02)				5 672,86
Subsídios, doações e legados à exploração	121 501,95	143 288,84	(21 786,89)	299 007,80	251 686,53	47 321,27	5 669,77	64 986,14	(59 316,37)	64 022,76	214 982,73	(150 959,97)	(184 741,95)
Variação nos inventários de produção													
Trabalhos para a própria entidade													
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	(2 619,77)	(545,81)	(2 073,96)	(793,76)	(79,31)	(714,45)	(116,03)	(8,05)	(107,98)	(654,62)	(36,52)	(618,10)	(3 514,49)
Fornecimentos e serviços externos	(33 950,72)	(29 268,39)	(4 682,33)	(50 160,00)	(29 261,27)	(20 898,73)	(6 257,77)	(5 261,09)	(996,68)	(83 845,55)	(25 268,64)	(58 576,91)	(85 154,65)
Gastos com o pessoal	(143 029,28)	(133 873,93)	(9 155,35)	(203 607,91)	(181 073,61)	(22 534,30)	(10 654,98)	(28 000,26)	17 345,28	(8 946,11)	(63 367,96)	54 421,85	40 077,48
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)													
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	(62,50)	153,72	(216,22)	(336,12)	24,74	(360,86)	(96,99)	33,57	(130,56)		17,67	(17,67)	(725,31)
Provisões (aumentos/reduções)										11 111,11		11 111,11	11 111,11
Provisões específicas (aumentos/reduções)													
Outras imparidades (perdas/reversões)													
Aumentos/Reduções de justo valor	33,03		33,03	30,15		30,15	13,80		13,80	28,36		28,36	105,34
Outros rendimentos e ganhos	1 984,81	4 199,08	(2 214,27)	13 320,43	675,71	12 644,72	2 688,49	917,04	1 771,45		482,65	(482,65)	11 719,24
Outros gastos e perdas	(878,32)	(358,25)	(520,07)	(5 230,11)	(1 101,53)	(4 128,58)	(782,32)	(81,02)	(701,30)	(553,94)		(553,94)	(5 903,89)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(23 487,59)	4 323,99	(27 811,58)	101 176,84	89 518,22	11 658,62	(2 387,31)	47 166,06	(49 553,37)	(18 837,99)	126 809,94	(145 547,93)	(211 354,26)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(778,10)	(44 370,50)	43 592,40	(5 653,43)	(7 140,08)	1 486,65	(502,85)	(9 690,11)	9 187,26		(5 100,06)	5 100,06	59 366,36
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(24 265,69)	(40 046,50)	15 780,81	95 523,41	82 378,14	13 145,27	(2 890,16)	37 475,95	(40 366,11)	(18 837,99)	121 709,88	(140 547,87)	(151 987,90)
Juros e rendimentos similares obtidos													
Juros e gastos similares suportados	(47,03)	(8 791,81)	8 744,78	(302,79)	(1 414,77)	1 111,98	(50,49)	(1 920,05)	1 869,56		(1 010,55)	1 010,55	12 736,87
Resultado antes de impostos	(24 312,72)	(48 838,31)	24 525,59	95 220,62	80 963,36	14 257,26	(2 940,65)	35 555,90	(39 430,50)	(18 837,99)	120 699,33	(139 537,32)	(139 251,02)
Imposto sobre o rendimento do período	(3,09)	(22,19)	19,10	(31,74)	(3,57)	(28,17)	(3,66)	(4,85)	1,19	(0,27)	(2,55)	2,28	(5,61)
Resultado Líquido do Período	(24 315,81)	(48 860,50)	24 544,69	95 188,88	80 959,79	14 229,09	(2 944,31)	35 551,06	(39 430,57)	(18 838,26)	120 696,78	(139 535,04)	(139 256,63)

Os principais dados e indicadores da atividade da Fundação em 2024 e 2023 podem ser resumidos como se segue:

Balanço	31.12.2024	31.12.2023
Ativo líquido	1 060 367,40	863 230,10
Fundos patrimoniais	817 954,17	595 759,66
Passivo	242 413,23	267 470,44
Passivo não corrente	114 086,77	81 090,15
Passivo corrente	128 326,46	186 380,29
Financiamentos obtidos		

Rátios Estrutura Financeira	31.12.2024	31.12.2023
Autonomia financeira	77,1%	69,0%
Solvabilidade	337,4%	222,7%
Endividamento bancário	0,0%	0,0%
Liquidez geral	470,5%	499,5%
Liquidez imediata	23,7%	7,1%

Demonstração dos resultados	31.12.2024	31.12.2023
Vendas e serviços prestados	469 474,54	457 919,44
Subsídios, doações e legados à exploração	104 132,72	121 911,13
Resultado operacional	75 153,88	49 529,57
Resultado líquido	74 689,61	49 090,50

RÁCIOS ECONÓMICOS	31.12.2024	31.12.2023
EBITDA	81 827,53	56 463,95
EBIT	75 153,88	49 529,57
Rendibilidade da atividade	13,0%	8,5%
Rendibilidade do Ativo	7,0%	5,7%

RÁCIOS DE FUNCIONAMENTO	31.12.202	31.12.2023
Rotação do ativo	54,10	67,17
Prazo médio de pagamento	142,92	92,15
Prazo médio de recebimento	14,22	14,47

A Fundação tem vindo a aumentar o seu ativo, que resulta dos investimentos efetuados ao longo dos anos. A atividade financiada através de fundos patrimoniais e passivo, revela uma autonomia financeira de cerca de 77%, o que é de relevar e revela a prudência da administração nas decisões de financiamento tomadas nos últimos 8 anos. Neste âmbito, nota-se uma diminuição de cerca de 25.000 euros das dívidas/passivo no ano de 2024, assim como a inexistência de qualquer dívida bancária.

Os indicadores de solvabilidade e de liquidez permitem perceber a boa capacidade financeira da Fundação tem para assumir compromissos, pelo que apresenta uma boa capacidade de pagamento das responsabilidades assumidas. Os prazos médios de pagamento e de recebimento são aceitáveis para o setor social e a rotação do ativo permite perceber que a Entidade tem uma boa capacidade de gerar rendimentos com os investimentos efetuados no seu ativo.

Por fim, nota-se ainda a boa capacidade da Fundação em gerar resultados positivos, conforme fica patente nos resultados líquidos, resultados operacionais e EBITDA. A gestão da atividade efetuada ao longo do ano, além dos serviços prestados aos utentes e suas famílias, permitiu melhorar os seus indicadores de rendibilidade, que apresentam valores salutar e evidenciam a capacidade para gerar rendimentos.

4 – Evolução previsível da atividade e continuidade da atividade

A Fundação AMA conseguiu diminuir a sua dívida e tem capitais próprios positivos, existindo vários fatores que nos levam a acreditar na evolução positiva destes valores e na continuidade da instituição:

- 1- Elevado conhecimento adquirido sendo reconhecida no panorama nacional em sede de abordagem da PEA;
- 2- Importância estratégica para o Estado, única Instituição que apoia de forma especializada o autismo no Distrito de Viana do Castelo;
- 3- Equipa de gestão capaz, bem preparada e conhecedora do funcionamento do terceiro setor;
- 4- Acordos de cooperação mensais com a Segurança Social sem data de termo;
- 5- Reconhecimento do trabalho pelas Instituições distritais, autarquias, associações, entre outras;
- 6- Forte implantação no tecido social de Viana;
- 7- Aprovação de projetos baseados em fundos comunitários e continuidade na submissão de candidaturas.

Apesar de se terem verificado significativas melhorias na situação financeira da instituição, importa manter um conjunto diversificado de ações que permitam reforçar a sua sustentabilidade.

- Desenvolvimento da ação da liga de amigos da Fundação que possibilitará a angariação de fundos adicionais para a Instituição.
- Manutenção e aumento dos contatos com as autarquias do distrito por forma a alcançar apoios financeiros adicionais para a Fundação, designadamente através da prestação de serviços na unidade móvel terapêutica.
- Negociação com a Segurança Social sobre a revisão e o alargamento dos acordos de cooperação, em particular o apoio para a intervenção precoce.
- Serão promovidas campanhas de angariação de Fundos.
- Serão efetuadas candidaturas a programas de fundos comunitários.
- Serão criadas redes de voluntariado que auxiliem a Fundação em diferentes áreas.
- A Fundação será a beneficiária de donativos por parte dos contribuintes em sede de IRS.
- Manutenção da Loja Social como atividade dos utentes do CACI e envolvimento na comunidade;

- Reforço dos protocolos de cooperação com entidades privadas e sociais;
- Manutenção dos protocolos com a CIM (Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima) e com os Municípios que integram o território do Distrito de Viana do Castelo.

5 – Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

A Fundação adquiriu o edifício, sito em Areosa, Viana do Castelo constituído por um conjunto de três edifícios e instalações adjacentes para poder constituir a sua sede e desenvolver a sua atividade de terapias e implementar projetos futuros (como seja lar residência e aumento da capacidade do CACI). Esta aquisição foi suportada por um financiamento bancário, o que atesta a credibilidade creditícia e operacional da instituição.

6 – Dívidas à Administração Fiscal e ao Centro Regional de Segurança Social

Atualmente a Fundação tem uma certidão de não dívida à Segurança Social e à Administração Tributária.

IV - Proposta de aprovação das Demonstrações Financeiras e aplicação do Resultado

O Conselho de Administração propõe que as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2024, que incluem um total de Ativos de 1 060 367,40 Euros, Fundos Próprios de 817 954,17 Euros e Passivo de 242 413,23 Euros, sejam aprovadas.

A administração propõe, ainda, que o Resultado Líquido positivo de 74 689,61 Euros seja aplicado da em resultados transitados.

V - Agradecimentos

O Conselho de Administração da Fundação agradece a colaboração prestada por todos os trabalhadores, Fornecedores, Instituições Bancárias, e demais entidades que com ela se relacionam.

Pretende-se deixar um agradecimento pelo trabalho desenvolvido pela equipa de técnicos, voluntários, monitores e pessoal auxiliar da Fundação e que com o seu relevante desempenho e acompanhamento do



FUNDAÇÃO
AMA AUTISMO

estado da arte relativamente à atualidade técnico-científica relacionada com a PEA, prestam apoio de qualidade e proximidade às famílias e cuidadores das pessoas com PEA, dando-lhe uma resposta com elevado profissionalismo, que muito nos apraz registar.

Viana do Castelo, 18 de junho de 2025.

Dora Maria Ramos de Abreu Brandão Machado Cruz

Armando Alves Rodrigues

Giuliano André Benatti